

### **Apoios financeiros**

#### **20. Atribuição de apoios financeiros a freguesias.**

Submetem-se, à apreciação do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 23.º, alínea j) do n.º 1 do art.º 25º e alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, as seguintes propostas de atribuição de apoios financeiros:

- a) **União de Freguesias de Crespos e Pousada**, no valor de 6 883,64€, para apoiar a “Requalificação de três espaços verdes em Crespos: Jardim no Largo de Combatentes; Jardim na entrada do Cemitério; Jardim junto à EB1 de Crespos”;
- b) **Junta de Freguesia de Priscos**, no valor de 11.364,20€, para apoiar os “Honorários/Projeto da ‘Rua Casa Nova’ ”;
- c) **União de Freguesias de Morreira e Trandeiras**, no valor de 1.669,50€, para apoiar a “Trabalhos de limpeza e reparação de várias ruas (Rua da Portela, da Naia, das Valas e Travessa do Calvário) - Morreira”;
- d) **Junta de Freguesia de Esporões**, no valor de 19 006,85€, para apoiar a “Prolongamento da rede de águas pluviais na Rua das Retortas”;
- e) **União de Freguesias de Nogueiró e Tenões**, no valor de 11.360,00€, para apoiar o “Projeto de Alargamento do Cemitério de Nogueiró”;
- f) **União de Freguesias de Nogueiró e Tenões**, no valor de 11.360,00€, para apoiar o “Projeto de Alargamento do Cemitério de Nogueiró”;

- g) **Junta de Freguesia de Espinho**, no valor de 45 510,00€, para apoiar o “Projeto de Construção do Salão Polivalente, do Polidesportivo e arranjos exteriores”;
- h) **União de Freguesias de Ferreiros e Gondizalves**, no valor de 19.680,00€, para apoiar o “Projeto de Ampliação do Cemitério de Gondizalves”;
- i) **Junta de Freguesia de Cabreiros e Passos (S. Julião)**, no valor de 9.137,73€, para apoiar a “Pavimentação e Alargamento da Rua Nª Senhora da Cabeça e Travessa Nª Senhora da Cabeça – Cabreiros”;
- j) **Junta de Freguesia de Sobreposta**, no valor de 10 398,60€, para apoiar a “Limpeza das nascentes e minas/conduatas de águas pluviais – Rua do Cruzeiro/Rua da Piscina”.

## **PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO**

**ASSUNTO:** Requalificação de três espaços verdes em Crespos: Jardim no Largo de Combatentes; Jardim na entrada do Cemitério; Jardim junto à EB1 de Crespos

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a União de Freguesias de **CRESPOS E POUSADA** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a **“Requalificação de três espaços verdes em Crespos: Jardim no Largo de Combatentes; Jardim na entrada do Cemitério; Jardim junto à EB1 de Crespos”** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **6.883,64€** incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

### **PROPONHO**

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à União de Freguesias de CRESPOS E POUSADA no valor de 6.883,64€ € (seis mil, oitocentos e oitenta e três euros e sessenta e quatro centimos), de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:**

- a) **Em 2024, um valor de 6.883,64€ € (seis mil, oitocentos e oitenta e três euros e sessenta e quatro centimos).**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da União de Freguesias de **CRESPOS E POUSADA**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da União de Freguesias de **CRESPOS E POUSADA**.

Braga, 28 de Dezembro de 2023

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

---

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

## PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

### **ASSUNTO:** HONORÁRIOS/PROJETO DA “RUA CASA NOVA” - PRISCOS

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a Junta de Freguesia de **PRISCOS** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para os **“HONORÁRIOS/PROJETO DA “RUA CASA NOVA”**” tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **11.364,20€**, incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

**PROPONHO**

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à Junta de Freguesia de PRISCOS no valor 11.364,20€ (onze mil, trezentos e sessenta e quatro euros e vinte cêntimos), de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:**

- a) **Em 2024, um valor de 11.364,20€ (onze mil, trezentos e sessenta e quatro euros e vinte cêntimos).**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da Junta de Freguesia de **PRISCOS**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da Junta de Freguesia de **PRISCOS**.

Braga, 21 de Dezembro de 2023

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

---

*(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)*

## PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

**ASSUNTO:** Trabalhos de limpeza e reparação de várias ruas (Rua da Portela, da Naia, das Valas e Travessa do Calvário) - Morreira

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a Junta de Freguesia de **MORREIRA E TRANDEIRAS** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a realização de **“Trabalhos de limpeza e reparação de várias ruas (Rua da Portela, da Naia, das Valas e Travessa do Calvário) - Morreira”** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor global de **1.669,50€**, incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

#### **PROPONHO**

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à Junta de Freguesia de MORREIRA E TRANDEIRAS no valor 1.669,50€ (mil, seiscentos e sessenta e nove euros e cinquenta cêntimos), de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:**

- a) **Em 2024, um valor de 1.669,50€ (mil, seiscentos e sessenta e nove euros e cinquenta cêntimos);**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução das obras, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da Junta de Freguesia de **MORREIRA E TRANDEIRAS**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da Junta de Freguesia de **MORREIRA E TRANDEIRAS**.

Braga, 21 de dezembro de 2023

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

---

*(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)*



## PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

**ASSUNTO:** PROLONGAMENTO DA REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS NA RUA DAS RETORTAS - ESPORÕES

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a Junta de Freguesia de **ESPORÕES** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para o **Prolongamento da rede de águas pluviais na Rua das Retortas** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **19 006,85€** incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

#### **PROPONHO**

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à Junta de Freguesia de ESPORÕES no valor de 19 006,85€ (dezanove mil e seis euros e oitenta e cinco cêntimos)** de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:

- a) Em 2024, um valor de 19 006,85€ (dezanove mil e seis euros e oitenta e cinco cêntimos)**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da Junta de Freguesia de **ESPORÕES**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da Junta de Freguesia de **ESPORÕES**.

Braga, 20 de dezembro de 2023

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

---

*(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)*

## PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

### ASSUNTO: PROJETO DE AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DE NOGUEIRÓ

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a Junta de Freguesia de **NOGUEIRÓ E TENÕES** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para o **“Projeto de ampliação do Cemitério de Nogueiró”** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **11.360,00€**, incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

### **PROPONHO**

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à União de Freguesias de NOGUEIRÓ E TENÕES no valor 11.360,00€ (onze mil, trezentos e sessenta euros), de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:**

- a) **Em 2024, um valor de 11.360,00€ (onze mil, trezentos e sessenta euros).**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da Junta de Freguesia de **NOGUEIRÓ E TENÕES**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da Junta de Freguesia de **NOGUEIRÓ E TENÕES**.

Braga, 15 de Dezembro de 2023

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

---

*(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)*

## PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

### **ASSUNTO:** LAVAGEM E PINTURA DO CEMITÉRIO DE GONDIZALVES

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a Junta de Freguesia de **FERREIROS E GONDIZALVES** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a **“lavagem e pintura do Cemitério de Gondizalves”** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **13 250,00€**, incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

### **PROPONHO**

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à União de Freguesias de FERREIROS E GONDIZALVES no valor 13 250,00€ (treze mil, duzentos e cinquenta euros), de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:**

- a) **Em 2024, um valor de 13 250,00€ (treze mil, duzentos e cinquenta euros);**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da Junta de Freguesia de **FERREIROS E GONDIZALVES**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da Junta de Freguesia de **FERREIROS E GONDIZALVES**.

Braga, 13 de dezembro de 2023

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

---

*(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)*

## PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

**ASSUNTO:** PROJETO DE CONSTRUÇÃO DO SALÃO POLIVALENTE, DO POLIDESPORTIVO E ARRANJOS EXTERIORES - ESPINHO

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a Junta de Freguesia de **ESPINHO** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para o **Projeto de construção do Salão Polidesportivo, do Polivalente e arranjos exteriores** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **45 510,00€** incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

#### **PROPONHO**

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à Junta de Freguesia de ESPINHO no valor de 45 510,00€ (quarenta e cinco mil, quinhentos e dez euros)** de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:

- a) Em 2024, um valor de 45 510,00€ (quarenta e cinco mil, quinhentos e dez euros)**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da Junta de Freguesia de **ESPINHO**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da Junta de Freguesia de **ESPINHO**.

Braga, 12 de dezembro de 2023

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

---

*(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)*



## PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

**ASSUNTO:** Projeto de Ampliação do Cemitério de Gondizalves

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a Junta de Freguesia de **FERREIROS E GONDIZALVES** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para os **“Projeto de Ampliação do Cemitério de Gondizalves”** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **19.680,00€**, incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

### **PROPONHO**

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à União de Freguesias de FERREIROS E GONDIZALVES no valor 19.680,00€ (dezanove mil, seiscentos e oitenta euros), de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:**

- a) **Em 2024, um valor de 11.808,00€ (onze mil, oitocentos e oito euros);**
- b) **Em 2025, um valor de 7.872,00€ (sete mil, oitocentos e setenta e dois euros).**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da Junta de Freguesia de **FERREIROS E GONDIZALVES**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da Junta de Freguesia de **FERREIROS E GONDIZALVES**.

Braga, 7 de dezembro de 2023

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

---

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

## PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

**ASSUNTO:** Pavimentação e Alargamento da Rua N.ª Senhora da Cabeça e Travessa N.ª Senhora da Cabeça – Cabreiros

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23.º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25.º, n.º 1, alínea j) da citada Lei n.º 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33.º, n.º 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a Junta de Freguesia de **CABREIROS E PASSOS (S. JULIÃO)** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a realização da **“Pavimentação e Alargamento da Rua N.ª Senhora da Cabeça e Travessa N.ª Senhora da Cabeça - Cabreiros”** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor global de **9.137,73€**, incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

**PROPONHO**

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à Junta de Freguesia de CABREIROS E PASSOS (S. JULIÃO) no valor 9.137,73€ (nove mil, cento e trinta e sete euros e setenta e três cêntimos), de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:**

- a) **Em 2024, um valor de 9.137,73€ (nove mil, cento e trinta e sete euros e setenta e três cêntimos);**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução das obras, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da Junta de Freguesia de **CABREIROS E PASSOS (S. JULIÃO)**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da Junta de Freguesia de **CABREIROS E PASSOS (S. JULIÃO)**.

Braga, 06 de dezembro de 2023

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

---

*(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)*

## PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

**ASSUNTO:** LIMPEZA DAS NASCENTES E MINAS/CONDUTAS DE ÁGUAS PLUVIAIS – RUA DO CRUZEIRO/RUA DA PISCINA - SOBREPOSTA

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a Junta de Freguesia de **SOBREPOSTA** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a **Limpeza das nascentes e minas/condutas de águas pluviais – Rua do Cruzeiro/Rua da Piscina** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **10 398,60€** incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

#### **PROPONHO**

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à Junta de Freguesia de SOBREPOSTA no valor de 10 398,60€ (dez mil, trezentos e noventa e oito euros e sessenta cêntimos)** de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:

- a) Em 2024, um valor de 10 398,60€ (dez mil, trezentos e noventa e oito euros e sessenta cêntimos)**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da Junta de Freguesia de **SOBREPOSTA**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da Junta de Freguesia de **SOBREPOSTA**.

Braga, 06 de dezembro de 2023

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

---

*(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)*